

} 3.1.

**MAZZAROLO, Isidoro; FERNANDES, Leonardo Agostini;
LIMA, Maria de Lourdes Corrêa (org.),
Exegese, Teologia e Pastoral: Relações, tensões e desafios,
Santo André – SP, Academia Cristã Editora – Editora PUC Rio, 2015, 528 p.**

Esta obra resulta das Atas do quarto simpósio promovido pelo Departamento de Teologia da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro, realizado entre 15 e 17 de maio de 2013, sobre o tema *Exegese, Teologia e Pastoral*. O diretor deste departamento (Leonardo Agostini Fernandes) é um dos três organizadores da obra que também participaram nesse simpósio com comunicações. A obra está dividida em quatro grandes partes: Parte I *Escritura e teologia* (pp. 13-180), Parte II *Teologia Bíblica* (pp. 183-292), Parte III *Teologia sistemática e Escritura* (pp. 295-391) e Parte IV *Bíblia e pastoral* (pp. 395-507). Como o próprio título indica, o simpósio procurou cobrir as preocupações do estudo e do conhecimento da Sagrada Escritura no ambiente eclesial e cultural latino-americano, onde as comunidades de base, a teologia da libertação, o caldo cultural dessa parte do mundo, os contextos sociais em que a Escritura é aí proclamada, vivida, discutida, distorcida, investigada, acolhida ou recusada respigam o próprio texto bíblico.

Para lá de um útil índice de autores no fim da obra (pp. 509-514) e de um índice bíblico (pp. 515-528), importa salientar alguns contributos nesta obra, a qual, para lá da vantagem de estar escrita em português (o que é, *de per se*, de elogiar em nossos meios, pelo menos), apresenta algumas reflexões bastante sugestivas. Em primeiro lugar, destacamos o texto que resultou das duas primeiras conferências proferidas pelo jesuíta argentino Horacio Simian-Yofre, docente jubilado do Pontifício Instituto Bíblico. Ao tratar do tema “A Bíblia entre leituras e leitura aberta das Sagradas Escrituras” (pp. 13-32), avalia a diferença que há a manter (o que nem sempre acontece, dando, por isso origem a confusões) entre cânone bíblico e hermenêutica canônica das Escrituras. Desmonta um pressuposto muito frequente nesta abordagem canônica quando a leitura canônica é equiparada a um ditame autoritativo da versão final do texto que nega as redações ou autores múltiplos que compuseram e reconstruíram o texto bíblico. No fundo, o que está sempre em causa é a relação entre exegese e teologia, entre a leitura eclesial do texto bíblico e a metodologia histórico-crítica. Esta última não pode ser nunca negada, e compõe mesmo a própria leitura canônica. Por leitura canônica entende-se aqui a formação do próprio cânone bíblico, e não apenas a leitura

intratextual e intertextual. É muito mais do que isso. Significa ler o texto nas várias fases de composição até chegar à versão canônica final do texto bíblico. Ao longo desta formação os métodos histórico-críticos são necessários e mostram as camadas de formação do texto nas suas várias modulações redatoriais. Por isso, o conhecido jesuíta argentino termina por concluir que a própria Escritura não pode ser submetida a uma única leitura (até a canônica), mas sempre a leituras abertas em diálogo com o contexto do leitor. O cânone não é uma imposição sobre o texto. A leitura (ou hermenêutica) canônica é ela mesma uma leitura aberta com aqueles que compuseram ou redigiram o cânone nas suas várias fases de formação. Isto só é possível graças aos próprios métodos histórico-críticos que tal ajudaram a mostrar.

Na segunda parte da obra queremos apenas destacar o trabalho de Ricardo Lengruber Lobosco sobre "Bíblia e direito: sobre o alcance normativo dos textos bíblicos à luz da pesquisa sobre o direito mesopotâmico antigo" (pp. 282-292), no qual compara os textos daquele Médio Oriente com a literatura deuteronomista, para mostrar sobretudo a variedade de textos legislativos desse período.

Na terceira parte consideramos muito interessante o contributo de um outro jesuíta – Jesus Hortal – sobre se "Existe uma dimensão bíblica no direito canônico?" (pp. 344-355). O autor responde afirmativamente a esta pergunta e chama a atenção para a necessidade de superar uma visão que criou escola a partir do século XIX, segundo a qual, por influência do protestantismo, opunha-se carisma a poder, lei a graça. Hortal apresenta a articulação de ambas e mostra como a própria Igreja não sobrevive sem estrutura.

Por último, chamamos a atenção na quarta parte para o resumo que Johan Konings faz da pastoral bíblica, sobretudo no Brasil (pp. 443-461), e como é possível imbuir a pastoral da Sagrada Escritura tomando-a a alma da pastoral, aliás na sequência das advertências da *Dei Verbum* e depois do Sínodo sobre a Palavra de Deus em 2008, preocupações vertidas na Exortação *Verbum Domini* de Bento XVI.

É muito interessante esta obra porque nos mostra o esforço que as comunidades eclesiais, sobretudo no Brasil, vão fazendo para pensar o lugar da Palavra escrita de Deus na vida das comunidades eclesiais, da teologia e do diálogo com a cultura. Isto torna-se, julgamos, um desafio até para nós, até para a nossa Faculdade de Teologia. Este simpósio foi realizado no seio de uma Universidade Pontifícia, que mostra que se preocupa com estas coisas, ou pelo menos que continua atenta.

José Carlos Carvalho